

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO - MENSAGEM AOS ACIONISTAS	2
2.	COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E	
FIS	CAL	4
3.	DADOS ESTRUTURAIS E COMPLEMENTARES	5
4.	AÇÕES, INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO	5
4. 1.	. ASJUR-ASSESSORIA JURÍDICA	5
4.2 .	. ASPLA-ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO	6
4.3.	. AUDIN - AUDITORIA INTERNA	6
4.4 .	. GERAD- GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	7
4.5	. GEREH - GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS	.10
4.6	. GECON - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE	.11
4.7.	. NUCOP- NÚCLEO COMERCIAL E OPERACIONAL	.13
5.	ANÁLISE DO RESULTADO	.14



1. APRESENTAÇÃO - MENSAGEM AOS ACIONISTAS

O presente Relatório consubstancia as principais informações sobre a CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais e seu desempenho em 2010.

Em 2010, as Receitas Brutas de Vendas cresceram 9,1%, tendo atingindo R\$ 17.388.615, o que representou um aumento de R\$ 1.443.371 em relação ao exercício de 2009, guando as vendas brutas totalizaram R\$ 15.940.729.

Contribuíram de forma decisiva para este faturamento as negociações realizadas pela CASEMG com a CONAB, visando armazenar o milho comprado por meio de leilões. No exercício de 2010, as receitas relativas ao faturamento provenientes destas negociações totalizaram R\$ 1.526.928.

Houve ainda em 2010 um aumento de R\$ 1.614.565 nas Receitas Brutas decorrentes das Operações de Transbordo, representando um aumento de 53,8% % em relação a 2009.

As Receitas Brutas de 2010 poderiam ter sido maiores, porém, ao contrário de anos anteriores, as safras de soja e milho tiveram um comportamento atípico, a colheita foi feita, mas as movimentações se intensificaram somente a partir de julho/agosto, principalmente o milho que devido ao baixo valor de mercado, levou os agricultores a optarem por armazenar o produto em bolsões na própria fazenda, ou vender diretamente na lavoura, não se utilizando dos serviços de armazenagem, o reflexo desta atipicidade está refletido nas Receitas de Contratos de Depósito-Adesão que em 2010 registrou um decréscimo de R\$ 882.820, em comparação a 2009, correspondente a uma queda de 11,4 %.

Registramos com satisfação o cumprimento de 100% das metas estabelecidas para Certificações em 2010, recompensando esforço e dedicação dos funcionários da CASEMG, onde foram renovadas as Certificações *Utz Kapeh* (aplicável à cadeia de custódia do café) em Monte Carmelo e Patrocínio e as certificações GMP – *Good Manufaturing Pratices* da PDV (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) pelo terceiro ano para Uberlândia, e também foi obtida a certificação para operações de Transbordo (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) pela unidade de Araguari.

Mesmo com todas estas medidas, o Resultado do exercício de 2010 foi um Prejuízo de R\$ 5.217.477, sendo que se desconsiderássemos as Despesas de Depreciação que em 2010 somaram R\$ 3.051.832 e as Despesas de Contingências Trabalhistas e Cíveis que em 2010 atingiram R\$ 2.922.234 (Trabalhistas R\$2.723.346 e Cíveis R\$ 198.888), e ainda o valor contabilizado na rubrica Perdas no Recebimento de Crédito no valor de R\$ 1.061.288 em decorrência da aplicação da Resolução 1180/09, o Resultado do exercício de 2010 seria um Lucro de R\$ 1.817.877



PERSPECTIVAS PARA 2011

As perspectivas para 2011 são favoráveis, a economia deverá crescer cerca de 4 % e, ainda, de acordo com Quinto Levantamento da Safra de Grãos 2010/2011, realizada pela CONAB, divulgado dia 9 de fevereiro último, a produção de grãos esta estimada em 153 milhões de toneladas, representando um crescimento de 2,06% em relação à safra anterior.

Na Programação Orçamentária 2011 apresentadas pelas UANs - Unidades de Armazenagem e Negócios, estão previstas Receitas Brutas de R\$ 21.508.085, representando um crescimento 23,7% em relação a 2010. Para este resultado, foram consideradas as premissas de aumento na armazenagem no primeiro semestre em decorrência da colheita da soja e milho, e no segundo semestre com a colheita do café e durante todo o ano com operações de transbordo. Está previsto um faturamento em 2011 decorrentes de negociações com a CONAB de R\$ 5.093.061.

No Orçamento 2011 não foram orçadas Receitas com Venda de Imóveis

As despesas totais programadas para a Companhia no exercício de 2011 totalizaram R\$ 17.320.364, tendo sido destinado do orçamento o valor de R\$ 848.000 para atendimento de demandas trabalhistas.

Outra ação importante, continuada em 2011, é a implantação da nova versão do Sistema LOGIX, contratado junto à TOTVS S/A, que resultará em significativos ganhos de produtividade, qualidade e segurança das informações. No segundo semestre deverão ser implantados outras ferramentas de gestão, visando à geração de Relatórios Gerenciais para uma eficaz Gestão do Orçamento.

Estamos em fase de verificação para adequação do Plano de Cargos e Salários, para que seja aprovado pelo Conselho de Administração, para posterior envio ao DEST, possibilitando, desta maneira, o pedido para Realização de Concurso Público, para atender nossa necessidade de completar o quadro de funcionários, o que evitará os gastos com horas extras e minimizará os custos com bracagistas.

Também continuaremos nos esforços junto ao Governo Federal, tendo em vista o contrato firmado por ocasião da federalização da Companhia, para que os pagamentos efetuados nos últimos anos das dívidas trabalhistas devido ao Dissídio de 1991, cerca de R\$ 15 milhões, sejam ressarcidos à CASEMG. Tais informações estão em fase de levantamento pelo setor jurídico.

Por tudo isto, podemos concluir que em 2011, a CASEMG confirmará sua efetiva viabilidade econômica, justificando a sua exclusão do Plano Nacional de Desestatização – PND.



2. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

DIRETORIA EXECUTIVA

Glycon Terra Pinto Júnior Diretor-Presidente Técnico-Operacional

Manuel Mourão Bahia Diretor Administrativo-Financeiro (Janeiro a Março)

Bernardo Creimer Cherman Diretor Administrativo (Março a Dezembro)

Vanda Lúcia Batista Diretora Financeira (Março a Dezembro)

CONSELHO FISCAL

Elias Jacó dos Santos Presidente (Janeiro a Abril) Efetivo (Maio a Dezembro)

Manuel Vitorino de Souza Neto Presidente (Maio a Dezembro) Efetivo (Janeiro a Abril)

Cleide Edvirges Santos Laia (Janeiro a Dezembro)

Ricardo Cardoso Alves Meirelles (Janeiro a Dezembro)

Osvaldo Toller Junior (Janeiro a Julho)

Karla Renata França Carvalho (Agosto a Dezembro)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rinaldo Junqueira de Barros Presidente (Janeiro)

José Rogério Lara Presidente (Março a Julho)

Gustavo Pereira da Silva Filho Presidente (Agosto a Dezembro)

Glycon Terra Pinto Junior (Janeiro a Dezembro)

José Magalhães de Sousa (Janeiro a Dezembro)

Marcos de Barros Valadão (Janeiro a Maio)

Boaventura Teodoro de Lima (Junho a Outubro)

João Batista da Silva Fagundes (Novembro a Dezembro)

Robério Oliveira Silva (Janeiro a Dezembro)

Luiz Cláudio Portela (Janeiro a Abril)

Pedro Araújo Cardoso (Maio a Dezembro)



3. DADOS ESTRUTURAIS E COMPLEMENTARES

A Companhia foi criada pela Lei Estadual nº. 1.643, de 6 de setembro de 1.957, tendo sido federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União, mediante autorização contida na Lei Estadual nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997. Incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND através do Decreto nº. 3.654, de 07 de novembro de 2000.

CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO

Complexo Armazenador cadastrado no estado de Minas Gerais

Capacidade Estática	8.103.957 t
Armazenagem a granel	5.223.568 t
Armazenagem convencional	2.880.389 t

Complexo Armazenador da CASEMG

Capacidade Estática	505.100 t
Armazenagem a granel	376.500 t
Armazenagem convencional	128.600 t
Capacidade da Casemg X Capacidade Estadual	6,23%

Principais Produtos Agrícolas Armazenados:

Armazém Convencional: café, açúcar, algodão, arroz, sementes e lácteos.

Armazém a Granel: milho, soja, sorgo e trigo.

4. AÇÕES, INDICADORES E ANÁLISE DE DESEMPENHO

4.1. ASJUR-ASSESSORIA JURÍDICA

As planilhas a seguir demonstram o total de ações trabalhistas em andamento, em que a CASEMG figura como ré, posição em dezembro de 2010. As ações estão divididas em trabalhistas decorrentes do descumprimento do Dissídio Coletivo de 1991; as não decorrentes do descumprimento do Dissídio Coletivo de 1991; e as ações cíveis.

AÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS DECORRENTES DE DISSÍDIO COLETIVO - R\$ MIL

ANO 2005		2006		2007		2008		2009		2010		
Ações	Nº	VALOR										
Total	49	6.522	29	5.274	24	4.215	22	2.681	7	780	6	1.753
Extintas	19	1.249	6	245	2	1.502	8	1.208	1	602	2	353
Total Em andamento	30	5.273	23	5.029	22	2.713	14	1.473	6	780	4	1.400



AÇÕES JUDICIAIS TRABALHISTAS NÃO DECORRENTES DE DÍSSIDIO COLETIVO - R\$ MIL

ANO	:	2005		2006	006 2007		2008		2009		2010	
Ações	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR	Nº	VALOR
Total	91	1.245	92	1.586	74	1.272	58	2.382	72	1.552	43	2.240
Extintas	17	67	36	921	27	265	11	516	17	68	13	775
Total em andamento	74	1.178	56	665	47	1.007	47	1.866	55	1.552	29	1.465

O valor dos depósitos recursais atinge o montante de R\$ 345.886,50 e os valores bloqueados pela Justiça do Trabalho, R\$ 696.840,28.

AÇÕES CÍVEIS

A CASEMG figura como autora em 34 ações cíveis totalizando o valor estimado de R\$ 2.472.686,08. Já na condição de Ré figura em 17 ações totalizando o valor estimado de R\$ 508.934,46.

4.2. ASPLA-ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO

A ASPLA- Assessoria de Planejamento foi criada em 18 de dezembro de 2009.

Em janeiro de 2.010, foi realizada reunião em Belo Horizonte, que contou a participação de Coordenadores e Gerentes da ASJUR, ASPLA, GERAD, GEREH, GEFIC, GECON, NUCOP e NUTEM com o intuito de planejar as ações necessárias para o bom desempenho da Companhia em 2010

Em fevereiro de 2010 foi realizada em Uberlândia, nos dias 9 e 10 reuniões contando com a participação do Coordenador da ASPLA, Assessor da Presidência, Gerentes da NUCOP e NUTEM e das UANs e os Supervisores Operacionais. Na ocasião, cada UAN apresentou as medidas que estavam e deveriam ser tomadas, tais como manutenções mecânicas e elétricas, consertos e reformas, higienização, dedetização e outras, visando capacitar as UANs para o inicio da safra, também foram apresentadas as medidas necessárias para as Certificações das Unidades e ainda as providências que foram tomadas visando a redução do consumo de energia, bem como o cronograma de trabalho que estaria sendo implementado nas UANs visando reduzir os gastos com energia.

Em julho e agosto de 2010, elaboramos em conjunto com Áreas envolvidas a Reprogramação Orçamentária de 2010, a qual foi aprovada pelo CONSAD em setembro de 2010.

4.3. AUDIN - AUDITORIA INTERNA

A programação da Auditoria Interna prevista no PAINT - Plano de Atividades de Auditoria Interna para 2010 não foi executada na sua totalidade, devido à falta de



estrutura funcional e dificuldade financeira atravessada pela companhia no 1º semestre do corrente ano. Porém todos os trabalhos abrangendo auditoria contábil, gestão administrativa e operacional, foram realizados na sede administrativa, Núcleos e Unidades Armazenadoras.

Proposição de Trabalho, Ações Desenvolvidas e Resultado Obtido

Descrição da Tarefa	Quantidade Planejada	Quantidade Realizada	Proposição Inicial (%)
Auditoria de Gestão Administrativa e Operacional	18	08	45
Auditoria Contábil e de Gestão Orçamentária	04	04	100

No período, foram emitidas 171 recomendações, das quais 143 foram atendidas e apenas 28 encontram-se pendentes, cujas providências já estão sendo tomadas.

As impropriedades apontadas são acompanhadas de maneira permanente e tempestiva pelos Conselhos Fiscal e de Administração, bem como pela Diretoria Executiva, buscando-se minimizar as inconsistências identificadas no Controle Interno da Companhia.

Durante o exercício foram iniciados estudos para implantação de novas instruções normativas decorrentes de apontamentos da Auditoria Interna, bem como aprimoramento das instruções já existentes proporcionando maior transparência aos procedimentos adotados pela Entidade.

Em 2010 foram aperfeiçoados os Programas de Auditoria iniciada no exercício anterior relativo a todos os setores auditados com o objetivo de melhorar as operações da Companhia na avaliação de Controles Internos e análise de riscos, bem como auxiliar o auditor a verificar o mínimo a ser auditado.

4.4. GERAD- GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

ATIVO PATRIMONIAL

Os ativos imobiliários totais da CASEMG somam hodiernamente 41 imóveis, desses imóveis 22 são ocupados por unidades ativas.

Como alguns bens patrimoniais apresentavam complexas pendências de regularização documental e registral oriundas das gestões anteriores, em 2009 foi criada uma Comissão Interna a fim de agilizar as regularizações imobiliárias e foram tomadas as seguintes providências:

a) Patrocínio: Foram apresentadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis daquela



Circunscrição as certidões cujas averbações se faziam necessárias para a regularização. O procedimento administrativo encontra-se em andamento aguardando decisão do Oficial Registrador;

- b) Uberlândia: Três requerimentos foram apresentados ao Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição visando à regularização das medidas e confrontações das cinco glebas que formam a área de domínio da CASEMG com a finalidade de agrupá-las em três áreas para, em momento posterior, tentar agregá-las em uma só área, vez que dependerá do Ministério dos Transportes a anuência para tal, em razão da malha ferroviária Federal cortar as glebas que se pretendem reunir. Os procedimentos administrativos encontram-se aguardando decisão do Oficial de Registro Imobiliário;
- c) Formoso: Houve distribuição de processo judicial para reintegração de posse do imóvel, o que doravante transfere ao Poder Judiciário a decisão final sobre a posse e a propriedade do imóvel em tela;
- d) Mato Verde: A Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, após cientificada das irregularidades ocorridas na doação realizada à CASEMG determinou à Comarca de Monte Azul que diligenciasse na busca das providências necessárias à solução do caso desde a expropriação original até a doação da área à Companhia. O processo administrativo encontra-se aguardando decisão da CGJ-TJMG.
- **e) Tupaciguara**: A desapropriação realizada pela Prefeitura de parte do imóvel da Companhia, por sua ilegalidade foi revertida, e, a aquisição por parte da municipalidade está sob negociação;
- **f) Governador Valadares**: A Prefeitura local e a CASEMG estão negociando a aquisição da área por parte da municipalidade, vez que a ilegalidade da desapropriação viciou a detenção do imóvel pelo Município;
- **g) Muriaé**: A semelhança do que ocorre em outros municípios, a CASEMG e a Prefeitura local estão negociando a alienação do imóvel da Companhia à municipalidade.

Outrossim, cumpre salientar que existem propostas para negociações de contratos de concessão de direito real de uso de duas unidades deficitárias (Passos e Sacramento) e de uma unidade desativada acerca de dez anos (Iturama).

Há de se comentar ainda que os poderes públicos municipais como contrapartes nas soluções de transferência dos bens da Companhia criam morosidades que se subtraem ao controle decisório da Empresa. Nos casos em que as negociações dependem das Administrações Publicas Municipais, os passos da alienação ficam atrelados à projetos e leis a serem aprovadas nos respectivos Poderes Legislativos locais, que por sua natureza típica sofrem ingerências, marchas e contra-marchas que prejudicam a presteza das soluções almejadas.



Inobstante a situação peculiar de cada Município a empresa encontra-se atenta e atuante junto às Prefeituras para buscar a soluções mais céleres possíveis.

Procedimentos Licitatórios

Foram realizados 18 (dezoito) procedimentos licitatórios nas diversas modalidades, envolvendo aquisições de bens e serviços conforme demonstrado abaixo.

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS REALIZADOS

MODALIDADE LICITATÓRIA	Тіро	QUANTIDADE	VALOR
	Aquisição de Bens	2	548.067,00
Pregão Presencial	Prestação de		
	Serviços	1	0,00
	Prestação de		
Pregão Eletrônico	Serviço	09	320.720,00
	Aquisição de Bens	06	475.881,43
Total	•	18	1.344.668,43

Pregão Presencial - 03 Processos

02 processos licitatórios referente à contratação aquisição de bens, resultando em:

02 Homologados;

01 processo licitatório referente à contratação de prestação de serviços, resultando em:

• 01 Cancelado;

Pregão Eletrônico – 15 Processos

06 processos licitatórios referente à contratação aquisição de bens, resultando em:

- 04 Homologados;
- 02 Cancelados;

09 processos licitatórios referente à CONTRATAÇÃO DE *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS*, resultando em:

- 04 Homologados;
- 01 Suspenso;
- 02 Em andamento;
- 02 Cancelados;

Foram realizados ainda os seguintes PROCESSOS LICITATÓRIOS EM OUTRAS MODALIDADES:

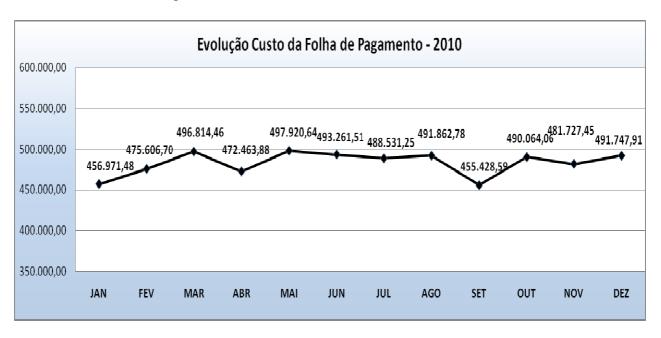
- 01 Leilão Administrativo referente à venda de mercadorias de clientes inadimplentes;
- 02 concorrências públicas referente à Concessão de Direito Real de Uso, a título



oneroso a favor da CASEMG.

4.5. GEREH - GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

No ano de 2010, o custo médio com a folha de pagamento no período foi de R\$ R\$ 482.700,06 com encargos trabalhistas.



O custo anual com a folha de pagamento foi de R\$ 5.792.400,71, conforme tabela abaixo.

	2010				
SITUAÇÃO	QUANTIDADE	%	VALORES ANUAIS (R\$)		
Força de Trabalho Real	161	88,95	5.465.080,49		
Licença sem Remuneração(inclui INSS)	7	3,87	-		
Cedidos a Entidades Sindicais	3	1,66	219.828,96		
Conselho Fiscal e Administrativo	10	5,52	107.491,26		
TOTAL	181	100,00	5.792.400,71		

Em 2010 foram admitidos 23 funcionários, tendo sido demitidos 18, houve, portanto um aumento de 5 funcionários.

No ano de 2010 foram realizados 11 cursos, com a participação de 15 funcionários da sede administrativa (cursos sobre CIPA/SIPAT, Departamento Pessoal: Rotinas Trabalhistas, Sistema Público de Escrituração Digital, Oficina de Auditoria Interna, Fechamento de balanço: Aspectos Contábeis e Fiscais, Web Design, Pregão Eletrônico, Tecnologia TOTVS) . Participaram do Treinamento sobre CIPA/SIPAT, 14 empregados das Unidades Operacionais. O investimento de R\$ 15.915,10 representou 52% do valor programado para a esta atividade.



4.6. GECON - GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

Demonstrativos Contábeis: A CASEMG apresentou prejuízo contábil de R\$5.217.476, sendo o lucro bruto de R\$4.754.650, que refere-se ao resultado das receitas operacionais líquidas deduzidos dos custos dos serviços prestados. A receita total alcançou R\$19.294.72, valor este inferior ao ano de 2009 que somou R\$22.621.782, portanto, essa redução de R\$ 3.228.052, referem-se a contabilização em 2009 o crédito de R\$3.512.980 resultante de Recuperação do INSS incluído no REFIS e R\$1.045.294 concernente ao Crédito de Escritura Pública de Confissão e Compensação de débitos recíprocos entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG.

EVOLUÇÃO DA RECEITA TOTAL 2008 A 2010 (EM REAIS)

MÊS	2008	2009	2010
Janeiro	798.814	1.001.391	1.140.978
Fevereiro	1.163.076	1.268.228	1.342.013
Março	1.523.649	5.031.212	2.123.802
Abril	2.341.120	1.938.324	1.571.329
Maio	2.318.832	2.222.238	1.706.465
Junho	1.870.074	2.357.305	1.316.226
Julho	2.542.082	1.186.942	1.513.808
Agosto	1.415.538	969.676	1.645.545
Setembro	1.336.661	1.354.772	1.772.874
Outubro	1.256.707	1.235.950	1.706.209
Novembro	867.851	1.655.162	2.123.780
Dezembro	845.788	2.400.580	1.278.165
Total	18.280.192	22.621.782	19.294.729

A receita bruta de vendas e serviços, no total de R\$17.388.615 foi superior a de 2009 em 9,08%, devido ao aumento das operações de transbordo e da armazenagem de produtos da CONAB.

RECEITA BRUTA DE VENDA DE SERVIÇOS E MERCADORIAS 2008 A 2010 (Em Reais)

MÊS	2008	2009	2010
Janeiro	717.056	892.311	992.320
Fevereiro	1.067.135	1.149.518	1.224.398
Março	1.387.335	1.377.265	1.970.131
Abril	2.250.712	1.768.407	1.373.203
Maio	2.193.278	2.083.073	1.518.797
Junho	1.746.165	1.923.584	1.153.363
Julho	1.533.614	1.061.554	1.378.414
Agosto	1.303.996	830.619	1.478.224
Setembro	1.142.271	1.198.009	1.595.767
Outubro	1.082.999	1.044.418	1.579.181
Novembro	762.973	1.533.173	1.992.212
Dezembro	653.674	1.078.796	1.128.089
Total	15.841.207	15.940.729	17.388.615

Ressalta-se que em 2010, assim como 2009, não ocorreram alienação de bens



patrimoniais.

PROGRAMA E EVOLUÇÃO DO DISPÊNDIO GLOBAL Valores Reprogramados -Exercício de 2010 – Usos e Fontes (Em Reais)

	RECI	EITAS		DISPÊNDIOS				
	Valo	r			Valor			
Descrição	Reprogramado	Realizado	Realizado X Reprogramado	Descrição	Reprogramado	Realizado	Realizado x Reprogramado	
Receitas Operacionais	18.093.699	17.388.615	96,1%	Dispêndios de Capital	1.576.280	708.009	44,92%	
Receitas Não Operacionais	1.943.176	1.906.114	98,09%	Dispêndios Correntes	19.968.077	21.075.451	105,55%	
TOTAL	20.036.874	19.294.729	96,3%	TOTAL	21.544.357	21.783.460	101,11%	

A análise do quadro acima, nos revela a pequena variação entre o Realizado e o Reprogramado dos dispêndios correntes (105,55%) e das origens de recursos (96,3%), mas quanto aos Dispêndios de Capital registrou uma variação expressiva, conforme detalhamento a seguir:

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO (Em Reais)

DESCRIÇÃO	REPROGRAM ADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO (%)
Manutenção e Adequação de Imóveis.	647.750	1.568	0,24%
Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	711.980	498.083	69,96%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Tele-processamento	216.550	208.358	96,22%
TOTAL	1.576.280	708.009	44,92%

A rubrica que ficou mais próxima do Reprogramado foi a de Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, sendo que a Manutenção e Adequação de Imóveis com apenas 0,24% do Orçado e Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos com 69,96% do Orçado. Os investimentos não foram totalmente realizados devido a não realização de alienação de imóveis prevista na programação inicial, porém, tal situação não prejudicou o recebimento de grãos em nossos armazéns. Para 2011 cuidado especial será tomado visando proceder as Manutenções e Adequações necessárias.

PDG - DISPÊNDIOS CORRENTES (Em Reais)

		•	<u> </u>
DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO
Pessoal e Encargos	6.215.089	6.197.693	99,72%
Materiais e Produtos	1.803.612	1.770.558	98,17%
Serviços de Terceiros	4.239.638	4.357.415	102,78%
Utilidades e Serviços	2.293.720	2.098.345	91,48%
Outros dispêndios correntes	3.308.989	4.680.759	141,46%



101AL 19.900,077 21.075.451 105,55%	TOTAL	19.968,077	21.075.451	105,55%
-------------------------------------	-------	------------	------------	---------

A análise dos Dispêndios Correntes em sua maioria nos mostra que o Realizado ficou muito próximo do Reprogramado, com exceção dos "Outros dispêndios correntes" cuja variação foi significativa em função das baixas ocorridas dos ativos contingentes no montante de R\$1.061.288.

4.7. GEFIN - GERÊNCIA FINANCEIRA

Em 2010 a Diretoria Financeira priorizou a revisão dos procedimentos previstos nas Instruções Normativas da área financeira relativas a "Faturamento e Cobrança"; "Fundo Fixo", e "Contas a Pagar". Diante das dificuldades financeiras enfrentadas no 1º trimestre, em função dos pagamentos de acordos trabalhistas, foi necessária a tomada de medidas para gerenciamento do "Contas a Receber" e redução da taxa de inadimplência. Um dos procedimentos alterados foi a aplicabilidade da norma que trata de inscrição dos devedores no CADIN- Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados no Setor Público Federal, de acordo com a Lei nº 10522/2002.

4.8. NUCOP- NÚCLEO COMERCIAL E OPERACIONAL

RECEITA OPERACIONAL 2009 E 2010 (Em Reais)

RUBRICAS	2009	2010
Contratos de Depósitos - ADESÃO	7.761.526	6.881.706
Contratos de TARIFAÇÃO ESPECIAL	5.178.396	5.891.536
Contratos de TRANSBORDOS	3.000.808	4.615.374
TOTAL	15.940.729	17.388.615

As Receitas Operacionais dos contratos de "Adesão" são provenientes das tarifas oficiais de prestação de serviço, em conformidade ao Regulamento Interno e a Lei de Armazenagem. Os contratos de Tarifação Especial e de Transbordos, nos quais os contratantes, em sua grande maioria, correspondem a pessoas jurídicas que atuam no setor do agronegócio nacional, também são processados de acordo com Instrução Normativa.

Neste exercício, foram firmados 492 contratos de adesão, gerando uma entrada de mercadorias da ordem de 96.336,24 toneladas.

No que concerne a contratos de tarifação especial (depósito), foram feitos 41 contratos, equivalentes a disponibilização de 415.802 toneladas para movimentação de mercadorias, por tempo pré-determinado, via de regra, para pessoas jurídicas que atuam no setor do agronegócio nacional, resultando em uma garantia mensal das várias receitas operacionais decorrentes desta movimentação de mercadorias.



5. ANÁLISE DO RESULTADO

1) DO RESULTADO

O aumento da Receita Operacional é proveniente principalmente dos contratos firmados com a CONAB, que em 2009 foi faturado R\$421.116 e em 2010 R\$3.096.677, com expectativa de permanência do estoque em 2011. O aumento de 49,04% da receita de transbordo das Unidades de Uberlândia e Araguari (de R\$3.000.808 em 2009 e R\$4.615.373 em 2010), também contribuiu para o aumento da receita operacional.

As Unidades armazenadoras de Bonfinópolis, Centralina, Monte Carmelo, Paracatu, Passos, Sacramento, Santa Vitória e Tupaciguara apresentaram resultado negativo, conforme demonstrado no Quadro de Resultado por Unidade (anexo), com as justificativas e perspectivas apresentadas em Nota Técnica NUCOP 001/2011. (anexo) As "Outras Receitas" reduziram 74,31% (de R\$6.345.284 em 2009 para R\$1.629,922 em 2010), relativa a contabilização em 2009 de créditos de exercícios anteriores: reversão credora de provisão de INSS no valor de R\$3.512.979 incluído indevidamente no REFIS; contabilização do crédito relativo a escritura pública de confissão e compensação de débitos recíprocos junto ao município de Frutal no valor de R\$1.045.294. A receita de Concessão de Direito Real de Uso aumentou 3,15%(de R\$932.192 em 2009 para R\$961.546 em 2010), em função de reajuste de contratos e a rubrica de "recuperação de despesas" apresenta redução de 21,34% (de R\$846.978 para R\$666.228), devido a contabilização em 2009 do ressarcimento de despesas de energia elétrica da Vale S/A no valor de R\$242.042.

As "Outras Despesas" cresceram 211,02% devida a contabilização do valor de R\$386.240 decorrente de prejuízo no armazenamento de feijão da CONAB desde 2009 na Unidade de Paracatu, relativa a divergência da fiscalização da CONAB e da classificação do IMA; e ainda a baixa de ativos contingentes contabilizados no ativo em cobrança judicial a vários anos, com perspectiva de recebimento a longo prazo, em atendimento a Resolução CFC 1180/09, cujo impacto no resultado foi de R\$1.061.288. Também foi feita a provisão para perdas relativas as duplicatas a receber de clientes no montante de R\$122.027.

As <u>despesas financeiras</u> aumentaram 65,58%, de R\$131.879 em 2009 para R\$218.368 em 2010, devido o registro de juros e multas por atraso de pagamento de encargos sociais, fiscais e fornecedores em decorrência da dificuldade de fluxo de caixa no período de janeiro a julho, motivada pela redução da receita de prestação de serviços, e pelos desembolsos para pagamento de ações trabalhista/cíveis; bloqueio judicial e depósitos recursais. Também ocorreu a apropriação de juros e multa do parcelamento da CEMIG

Comparando os resultados dos períodos 2009/2010 e desconsiderando as provisões para contingências que são de exercícios anteriores; a reversão de parte da dívida do REFIS ocorrida em 2009; o acerto de contas com o município de Frutal conforme escritura pública de 2009 e as Perdas de ativos contingentes temos:



(Em Reais)

ITENS	2009-	2010
Lucro (prejuízo) do exercício	1.261.213	(5.217.477)
Reversão de provisão REFIS	3.512.979	-
Crédito escritura pública Frutal	1.045.294	-
Débito escritura pública Frutal	(333.844)	
Despesas com contingências	(1.784.124)	(2.922.234)
Perdas de ativos contingentes		(1.061.288)
Resultado após ajustes	(1.179.092)	(1.233.955)
Depreciação	3.123.449	3.051.832
Resultado sem depreciação	1.944.357	1.817.877

2) DOS CUSTOS OPERACIONAIS

Os custos operacionais cresceram no total, 2,38% em relação ao exercício anterior, sendo que: Pessoal e Encargos Sociais sofreram alteração de 0,60% no total, apesar da redução da rubrica salários e ordenados em 1,91%. Em 2010 foram admitidos 10 funcionários de salários inferiores ao total de 09 demitidos nas Unidades, com reflexos nos encargos sociais. Os benefícios sociais também reduziram pelo não pagamento de apólice de seguro de vida aos empregados. Houve aumento de horas extras de 8,58%, devida a não conversão ao banco de horas (50% das horas) previsto no acordo coletivo, cujo procedimento será revisto no próximo acordo; de INSS em 5,41% em função da alteração do FAP de 3% para 4,59% e ainda o salário educação incluído na guia de INSS, que em 2009 o recolhimento foi feito em guia separada e incluída em "outros encargos sociais"; e aumento de 28,59% na rubrica "Outros adicionais" relativos o pagamento retroativo da verba adicional de periculosidade devida aos funcionários do NUTEM- Núcleo Técnico e de Manutenção suprimida em anos anteriores.

"Materiais e Produtos" redução total de 6,07%, das rubricas: lenha (25,37%) devido o não faturamento do total do processo licitatório realizado em 2010, devido o recebimento da safra de produtos com pouca umidade; produtos p/ expurgo (8,89%); manutenção e conservação (5,59%); e aumento das rubricas: material de consumo (34,05%); óleo combustível (5,75%); manutenção de veículos (17,27%); segurança do trabalho (21,51%) e do material de escritório e informática cujo aumento foi de 42,29% em função da aquisição de formulário contínuo, impressos gráficos e fornecimento de Notas Fiscais adquiridos através do processo licitatório nº 028/2009.

Os "<u>Serviços de Terceiros</u>" aumentaram 18,19% no total, sendo o mais relevante os custos de contratação de serviços avulsos sindicalizados, cujo aumento de mão de obra foi de 21,49% (de R\$1.071.161 para R\$1.301.393) e ainda dos encargos sociais



incidentes de INSS e FGTS; aumento de 21,46 da rubrica assistência médica, devida a adesão de empregados e dependentes no plano de saúde, além do reajuste de contrato de 14,98% em novembro/2010. O acréscimo dos Serviços Especializados em 115,21% (de R\$28.674 para R\$61.708) refere-se à contratação de assessoria ambiental em Uberaba; certificação dos armazéns de Uberlândia e Araguari; e elaboração do projeto de despoeiramento da Unidade de Uberlândia conforme processo licitatório nº 004/2010. Também houve aumento da rubrica de Cessão de mão de obra em 25,41% devido o reajuste dos contratos de vigilância armada e serviços de conservação e limpeza com novos processos licitatórios, já que as empresas anteriormente contratadas não cumpriram os referidos contratos.

A rubrica "<u>Utilidades e Serviços</u>" houve diminuição de 4,79% no total, nas rubricas de energia elétrica, telefone e fax/internet/Xerox. Houve aumento das rubricas de água/gás e correios.

Os "Impostos e Taxas" com aumento de 16,55% no total, sendo IPTU (22,79%- de R\$100.507 para R\$123.410); as taxas municipais em 2,54% e outras taxas em 15,19%, sendo as mais relevantes a taxa incêndio e de fiscalização do INMETRO.

<u>"Outros Custos Gerais"</u> o decréscimo de 24,68%, de R\$39.077 em 2009 para R\$29.431, em função da redução da rubrica "lanches", cujo custo foi incluído no ticket alimentação conforme acordo coletivo junto ao Sindicato.

3) DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas aumentaram 25,81 % no total, em relação ao exercício anterior, sendo: "Despesas de Pessoal" - aumento de 9,04% em função do acréscimo de Diretoria e Assessorias; das comissões por função no desmembramento das áreas Contábil/Financeiro, Recursos Humanos/Administrativo, Jurídico/Planejamento, em decorrência da alteração do Organograma e Regimento Interno ocorrida no final de 2009 com reflexos em 2010. Em 2010 na sede administrativa foram admitidos 13(treze) funcionários e demitidos 9 (nove).

"Materiais e Produtos", redução no total de 2,54%, com aumento nas rubricas material de consumo e escritório e redução nas despesas com veículos e manutenção;

"Serviços de Terceiros", aumento de 15,92% principalmente nas rubricas: Cessão de Mão de obra (15,17%) de R\$71.759 para R\$82.644 em função de da contratação de menores aprendizes e novo contrato de conservação e limpeza conforme Processo Licitatório: Servicos Especializados (191,75%) de R\$77.967 para R\$227.473, relativos a pagamento de certificação digital Fiscal das Unidades junto à Administração Fazendária, contratação de perícia contábil para processos trabalhistas, avaliação de imóvel; aumento de manutenção mensal e contratação de horas para implantação da nova versão do sistema LOGIX e manutenção do SGU- Sistema Gerencial de Unidades, e reajuste na contratação de auditoria independente. Publicações oficiais- (49,1%) de R\$33.276 para R\$49.616 relativo aumento de custo de publicações, principalmente do balanço de 2009 que foi superior em 25% em relação ao balanço de 2008 e também aumento na quantidade de publicações em 38%. Ocorreu redução das rubricas: viagens (9,3%); assistência médica (24,82%) devida a contabilização de fatura da UNIMED de R\$37.649 em duplicidade em 2009, ajustada em 2010. Na realidade nesta rubrica houve aumento de 5,69% devida a inclusão de novas adesões ao plano e ainda o reajuste contratual de 14,98%.



<u>Utilidades e Serviços</u> reduziram no total 4,4% nas rubricas de água, energia, correios/malotes, fax/Xerox/internet, e aumento do consumo/custo de telefonia;

Os impostos e taxas aumentaram 22,02% em função de pagamento de averbação de imóvel junto ao INSS e taxas de registro na JUCEMG.

Outros Despesas Gerais: No total houve aumento de 54%, sendo que as despesas contabilizadas de provisão de contingências aumentaram 63,79%, sendo trabalhistas (57,26%) e cíveis (279,46 %) provenientes da contabilização de complemento de provisão de valores não provisionados no balanço de 2009, cujas ações foram liquidadas em 2010 e ainda a atualização do saldo remanescente de provisão pela Assessoria Jurídica, totalizando no resultado o montante de R\$2.922.234.

4) ATIVO CIRCULANTE (Desconsiderada a rubrica "Estoque de Produtos de terceiros")

Em relação aos saldos de 31/12/2009, verifica-se redução de 0,69% no Ativo Circulante, de R\$ 3.496.897 para R\$3.520.886, em função principalmente da redução das rubricas: Duplicatas a Receber que apesar do aumento do faturamento ocorreu redução dos índices de inadimplência; da rubrica de Ressarcimento de Clientes, redução de 85,68% (de R\$326.364 para R\$46.725), relativo ao recebimento de ressarcimento de energia da VALE S/A em julho de 2010 no montante de R\$242.042; da rubrica Adiantamentos referente o saldo de adiantamentos de férias e 13º salário inferiores a 2009; Créditos e Valores redução de 4,01%, principalmente pela quitação de precatório pelo município de Muriaé e diminuição do saldo de Concessão de Direito Real de Uso.Os tributos a compensar (IRRF,CSLL,PASEP e COFINS) retidos na fonte aumentaram em função do faturamento a maior do cliente CONAB; aumento de Estoque de almoxarifado em 14,78% decorrente de aquisição de produto para expurgo; e das Despesas Antecipadas em 2,23% (de R\$172.557 para R\$176.412). O saldo de disponibilidades foi superior em 56,94% (De R\$ 602.989 em 2009 para R\$946.341 em 2010).

5) ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Redução de 45,29%, de R\$5.291.826 para R\$2.895.141, tem por causa principal a rubrica "Créditos e Valores" (37,98%) relativos à redução dos depósitos recusais e valores bloqueados pela justiça, em função da utilização para liquidação de ações trabalhistas; redução do valor a receber do Município de Muriaé, e a baixa do valor contabilizado na rubrica "desapropriação de imóveis", relativo ao município de Ipanema-R\$459.957 de ação que conta com julgamento procedente, e que ainda se encontra em aberto na Vara de Precatórios do Tribunal de Justiça de Minas Gerais com expectativa de recebimento a longo prazo, motivo pela qual foi baixado nos termos da Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 que determina no item 31 que a entidade não deve reconhecer um ativo contingente. "Cobranças Judiciais" redução de 86,72% devido a baixa do crédito a receber junto o município de Gurinhatã, relativo a escritura pública declaratória que considerou extinta a dívida do município na condição de reversão do imóvel à Companhia. Também ocorreu a baixa contábil das ações judiciais : dos municípios de São Francisco e Espinosa; Usapanos Panos Limpeza; Iconomil; Liria de Cássia Salomão e Valdir José Faria em contrapartida a perdas no resultado no valor total de R\$601.331, de acordo com a expectativa de



recebimento a longo prazo apresentada pelo Setor Jurídico. Baixa conforme motivos citados acima (Resolução CFC nº 1180/09 que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25

O saldo da rubrica "Duplicatas a receber em cobrança judicial aumentou 2,32%, bem como a provisão de perdas através de conta redutora em 65,28%.

6) ATIVO PERMANENTE

O decréscimo de 8,77% do *Ativo Imobilizado* origina-se da depreciação de bens do imobilizado no período, R\$3.051.832 cuja redução foi parcialmente compensada pela adição de R\$708.009, correspondente aos investimentos em adequação de bens móveis: Máquina de Pré-limpeza, termometrias, calador, rádios transmissores, indicador eletrônico para balança, aquisições de equipamentos para escritório, e informática: computadores e cessão de direito de uso da nova versão do sistema gerencial LOGIX, em fase de treinamento dos usuários para implantação em abril/2011.

7) **PASSIVO CIRCULANTE** (Desconsiderada a rubrica "Estoque de Produtos de terceiros")

Apresenta aumento de 24,22%, em função principalmente das rubricas: "Fornecedores" relativo às aquisições do ativo imobilizado e manutenções; "Obrigações a Terceiros" em 50,96% devido o registro do saldo de leilão de mercadorias a ser ressarcido a clientes; e depósito em caução de contrato com fornecedor de cessão de mão de obra; "Parcelamento da CEMIG" referente as contas de energia de abril a junho/2010, saldo de 12 parcelas e do complemento de provisão para contingências trabalhistas e cíveis, embora tenha ocorrido redução do passivo com a liquidação de ações e acordos no montante de R\$1.593.110.

PASSIVO EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

A redução de 22,37%, de R\$2.829.094 para R\$2.196.164, é essencialmente, em função das baixas ocorridas na rubrica provisão de contingências de longo prazo, cuja redução foi compensada pelo aumento na rubrica de parcelamento da CEMIG, saldo de 04 parcelas.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O decréscimo de 18,47% no PL, de R\$28.113,214 para R\$23.976.553, decorre da contabilização de prejuízo do exercício de 2010 de R\$5.217.477, com absorção das reservas de lucro, totalizando R\$3.893.497.

9) DO DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Analisando o desempenho econômico e financeiro da CASEMG em 2010 através dos demonstrativos contábeis constatamos aumento das Receitas de Prestação de Serviços de armazenagem em 9,08%, equivalente a R\$1.443.886, absorvida pelo aumento dos custos operacionais e despesas administrativas de 2,38% e 25,81% respectivamente, no montante de R\$1.786.711. A despesa registrada de provisão de contingências trabalhistas e cíveis no resultado no montante de R\$2.922.234, bem como os custos de



depreciação de R\$3.051.473, o que impactou significadamente o resultado do exercício. Através dos índices financeiros, percebe-se que o Capital Circulante Líquido (AC – PC) é negativo devido o aumento de provisão para contingências em curto prazo no Passivo. O índice de liquidez geral atingiu 0,81 (AC + RLP) / (PC + RLP) e reduziu em relação a 2009 devido a diminuição do ativo realizável em longo prazo e aumento do passivo circulante, conforme comentários nos itens 4 e 5, e 7 e 8. O índice de liquidez corrente (AC/PC) atingiu 0.62.

Os índices relacionam bens e direitos com obrigações da empresa, medindo assim quanto a empresa possui para cada unidade monetária que ela deve.

A Companhia passou por dificuldades de caixa, no 1º semestre, em virtude da redução de receita em relação ao exercício anterior e dos desembolsos com acordo trabalhistas parcelados, liquidação de ações, os bloqueios judiciais e depósitos recursais cujo montante foi de R\$2.147.892, porém no segundo semestre o saldo de caixa foi positivo.

ÍNDICES FINANCEIROS

Quadro I - Análise Horizontal e Vertical do ATIVO

Em Reais

Discriminação	31/12/2009	%	31/12/2010	%	Índice Horizontal %
ATIVO CIRCULANTE	87.386.249	73,18	159.386.242	85,38	82,39
Disponibilidades	602.989	0,50	946.341	0,00	56,94
Contas a Receber líquidas	1.356.602	1,14	1.342.379	0,72	-1,05
Adiantamentos	39.065	0,03	38.641	0,02	-1,09
Créditos e Valores	940.394	0,79	902.679	0,48	-4,01
Estoque de almoxarifado	58.926	0,05	67.636	0,04	14,78
Estoque mercadorias de terceiros	83.889.352	70,25	155.865.357	83,50	85,80
Despesas Antecipadas	172.557	0,14	176.412	0,09	2,23
Ressarcimento de Clientes	326.364	0,27	46.798	0,03	-85,66
,				0,00	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.291.826	4,43	2.895.141	1,55	-45,29
Créditos e Valores	4.099.297	3,43	2.542.471	1,36	-37,98
Cobranças Judiciais	846.313	0,71	112.403	0,06	-86,72
Dupls.à receber em cobrança judicial	527.225	0,44	539.439	0,29	2,32
(-)Dupls.venc. E não liquidadas	(181.009)	-0,15	(299.171)	-0,16	65,28
ATIVO PERMANENTE	26.731.744	22,39	24.388.240	13,06	-8,77
Imobilizado	26.731.744	22,39	24.388.240	13,06	-8,77
TOTAL DO ATIVO	119.409.820	100	186.669.623	100,00	56,33



Quadro II - Análise Horizontal e Vertical do PASSIVO

Discriminação	31/12/2009 %		31/12/2010	%	Índice Horizontal %
PASSIVO CIRCULANTE	88.467.512	74,09	161.552.246	86,54	82,61
	050 007		710.100	0.00	0.04
Fornecedores	653.287	0,55	712.162	0,38	9,01
Obrigações Fiscais Salários e Contribuições	260.708	0,22	155.284	0,08	-40,44
Previdenciárias	1.028.846	0,86	1.045.892	0,56	1,66
Obrigações à Terceiros	50.769	0,04	76.640	0,04	50,96
Estoque mercadorias terceiros	83.889.352	70,25	155.865.357		85,80
Parcelamento REFIS	205.040	0,17	102.520	0,05	-50,00
Parcelamento CEMIG	152.292	0,13	357.169	0,19	134,53
Provisão para	792.804	0,66	2.728.288	1,46	244,13
Contingências		,		•	211,10
Acordo Trabalhista	869.928	0,73	0 508.934	0,00	0.94
Provisão p/ Ações Civeis EXIGÍVEL A LONGO	564.485		508.934		-9,84
PRAZO	2.829.094	2,37	2.196.164	1,18	-22,37
Provisões a Contingências	783.088	0,66	136.611	0,07	-82,55
Parcelamento REFIS	2.046.006	1,71	1.943.485	1,04	-5,01
ISSQN e IPTU Frutal	0	0,00	0	0,00	
Parcelamento CEMIG	0		116.067		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28.113.214	23,54	22.921.214	12,28	-18,47
Capital Social	26.814.711		26.814.711		0,00
Reserva Legal	63.061				
Reserva de Lucro a	308.861				
Realizar	330.001				
Reserva Retenção de Lucros	926.582				
Prejuízo Acumulado			(3.893.497)		
TOTAL DO PASSIVO	119.409.820	100,00	186.669.623	100,00	56,33

OBS: 1-Indices apurados da Análise Vertical em Relação ao Ativo e Passivo Total 2-Indice Horizontal ano 2010 em Relação aos ano 2009.



Quadro III - Análise Horizontal e Vertical da DRE

Em Reais

Discriminação	31/12/2009	%	31/12/2010	%	Indice Horiz. %
Receita Bruta de Venda	15.940.729		17.388.615		
de Serv. e Merc Receita Bruta de Venda		100		100	9,08
de Serv.	15.940.729	100	17.388.615	100	9,08
. Receita Bruta de Venda de Mercadorias	0	0	0	0	
Deduções da Receita Receita Operacional	1.464.738	9,19	1.635.778	9,41	11,68
Liquida	14.475.991	90,81	15.752.837	90,59	8,82
Custos Operacionais	13.564.790	85,10	13.887.090	79,86	2,38
Pessoal e Encargos Sociais	3.283.068	20,60	3.263.252	18,77	(0,60)
Outros Custos Operacionais	7.338.653	46,04	7.734.935	44,48	5,40
Custos de Depreciação	2.943.069	18,46	2.888.903	16,61	(1,84)
LUCRO BRUTO	911.201	5,72	1.865.747	10,73	104,76
Despesas Administrativas	5.673.935	35,59	7.138.346	41,05	25,81
Pessoal e Encargos Sociais	2.319.489	14,55	2.529.149	14,54	9,04
Outras Despesas Administrativas	3.174.065	19,91	4.446.269	25,57	40,08
Despesa de depreciação	180.381	1,13	162.928		(9,68)
Outras Receitas Outras Despesas	6.345.284 524.921	39,81 3,29	1.629.922 1.632.611	9,37 9,39	(74,31) 211,02
Resultado Operacional Liquido Receita (Despesa)	1.057.629	6,63	(5.275.289)	-30,34	(598,78)
Financeira Liquida	190.808	1,20	14.589	0,08	
Receitas Financeiras Despesas Financeiras	322.687 131.879	2,02 0,83	232.957 218.368	1,34 1,26	(27,81) 65,58
Variação Monetária	131.079	0,03	210.300	1,20	05,58
Ativa Variação Monetária	13.081	0,08	43.234	0,25	230,51
Passiva	0	0	0	0	
Ganhos e (perdas) no Imobilizado	(305)	0	(11)	0	
LUCRO(PREJUIZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	1.261.213		(5.217.477)		

OBS: Índices apurados da Análise Vertical em Relação a Receita Operacional Líquida



Índices Financeiros do Balanço

	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
1 - Capitais de Giro (Quanto maior melhor) em R\$			
Capital de Giro Próprio (PL - AP)	(2.938.793)	1.381.470	(1.467.026)
Capital Circulante Liquido (AC - PC)	(1.437.694)	(1.081.263)	(2.166.003)
2 – Índices de Liquidez (Quanto maior melhor)			
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,68	0,76	0,62
Liquidez Geral (AC + RLP) / (PC + ELP)	0,73	1,19	0,81
Liquidez Seca (AC - Estoques)/PC	0,66	0,75	0,61
Liquidez Imediata (Disponibilidades / PC)	0,20	0,13	0,17
3 - Índices de Endividamento (Quanto menor melhor)			
Endividamento Geral (PC + ELP) / AT	0,29	0,21	0,26
Endividamento a Curto Prazo (PC / AT)	0,12	0,13	0,18
Endividamento a Longo Prazo ELP / AT	0,17	0,08	0,07
4 - Estrutura de Capitais (Quanto maior melhor)			
Garantia de Capital de Terceiros PL / (PC + ELP)	2,40	3,80	2,91
Grau de Imobilização dos Recursos Próprios (AP / PL)	1,10	0,95	1,06

Observação: Os índices financeiros foram calculados sem a inclusão da rubrica "estoque de mercadorias de terceiros"



CASEMG -Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais

Rua dos Timbiras, 1754 – 14°/15° Andares. CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829 E-mail: presidencia@casemg.com.br

Site: www.casemg.com.br



